

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VICTÓRIA APARECIDA OLIVEIRA CRUVINEL

A EXPANSÃO DO INVESTIMENTO CHINÊS NO BRASIL:
UM RECORTE SOBRE A PRESENÇA DA CHINA NO BRASIL (2000-2020)

UBERLÂNDIA, MG
JANEIRO, 2023

Resumo

O presente trabalho visa discorrer sobre os aspectos da inserção do capital chinês no Brasil, buscando identificar as nuances dos interesses chineses e suas respectivas mudanças de percurso, além de identificar possíveis efeitos sobre a economia brasileira. Para tal, é feita uma contextualização a respeito da China, sendo este um país de perfil singular no sistema internacional, trazendo à tona as características de sua ascensão e posterior abertura internacional. Em sequência, o trabalho se delimita nas relações de investimento entre China e Brasil, trazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos Planos Quinquenais chineses.

Palavras-chave: China, Brasil, IED, capital.

Abstract

This article aims to discuss aspects of the insertion of Chinese capital in Brazil, seeking to identify the nuances of Chinese interests and their respective changes in course, in addition to identifying possible effects on the Brazilian economy. To this end, a contextualization is made regarding China, which is a country with a unique profile in the international system, bringing to light the characteristics of its rise and subsequent international opening. In sequence, the work is delimited in the investment relations between China and Brazil, bringing a quantitative and qualitative analysis of the Chinese Five Year Plans.

Palavras-chave: China, Brazil, FDI, capital.

SUMÁRIO

Introdução	3
1. As bases da expansão chinesa	6
2. IED Chinês e a Belt and Road Initiative	11
3. Investimentos chineses na América Latina e Brasil	14

Introdução

A China representa, atualmente, uma das nações mais imponentes do sistema internacional. Tendo passado por uma revolução de cunho anti-imperialista e antifeudal, de pretensões voltadas ao estabelecimento de um regime socialista - segundo seu próprio idealizador, Mao Zedong - a China partiu de um contexto de miséria e pobreza generalizada de sua população e sucedeu em atingir condições sustentáveis de integração produtiva e industrialização. Não somente isso, quando observado o valor de sua produção bruta corrigido pelo poder de compra de sua moeda, a China pode ser considerada a maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra (PPC), visto que em 2020, a participação do PIB chinês no PIB mundial em PPC atingiu 17,4% - o que representa um valor de 24,7 trilhões de dólares - enquanto o PIB estadunidense, nos mesmos critérios, não chegou a 16%. (AMIN, 2014; WEO, 2020)

O crescimento chinês foi embasado em um padrão de acumulação majoritariamente voltado para o Estado, além de um forte investimento industrial. A partir da fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, já houve um esforço em prol da socialização das terras e da expansão dos investimentos na indústria de base. Até o fim dos anos 70, já havia sido operada uma abertura comercial parcial que impulsionou a atividade econômica através de Investimentos Diretos Externos (IDE) e exportações. Essa linha de pensamento econômico de abertura conduzida pelo Estado teve continuidade, instaurando-se políticas de transferência de tecnologia, proteção à indústria nacional, investimentos em infraestrutura e uma política cambial autônoma, que possibilitaram a colocação bem-sucedida e competitiva das empresas chinesas no mercado, sem, no entanto, entregar o curso da economia à elite burguesa que se formara no país, o que permitiu que a RPC expandisse o seu poder global. (RIBEIRO, 2017)

É nesse sentido que surgem as bases para que, atualmente, a realidade política e econômica chinesa possa ser entendida como um capitalismo de Estado. É possível ela ser considerada capitalista no sentido de que, inclusive atualmente, existe uma relação de produção baseada na exploração do trabalho, com a diferença de que, nesse caso, a parte exploradora se vê representada pelo Estado ao invés da burguesia. (RIBEIRO, 2017). No entanto, a China não parece ter abandonado a sua aspiração ao socialismo, mas sim ter adequado seu

funcionamento ao sistema capitalista como forma de se inserir nele, se beneficiar das possibilidades que ele apresenta, sendo essa a única forma de conferir sustentabilidade ao seu modelo de crescimento e dar continuidade ao seu projeto de expansão. (AMIN, 2014). Segundo o autor Samir Amin:

“[...] o estabelecimento de um regime capitalista de Estado é inevitável e permanecerá assim em todos os lugares. Os próprios países capitalistas desenvolvidos não serão capazes de entrar em um caminho socialista (que não está visível na agenda hoje em dia), sem passar por esta primeira etapa. É a fase preliminar no compromisso potencial de qualquer sociedade de libertar-se do capitalismo histórico no longo caminho para o socialismo/comunismo.” (AMIN, 2014, p. 287)

Tal projeto de expansão representa de fato uma política pública chinesa, a chamada “*Going Out*”, que é marcada pelo apoio do governo da RPC à propagação das empresas nacionais, especialmente a países periféricos. Essa política segue premissas presentes na política chinesa desde os anos 50, quando, na Conferência de Bandung (1955) - reunião dos países denominados “não-alinhados” da África e Ásia no pós Segunda Guerra - a China definiu cinco princípios que moldaram suas relações internacionais daí em diante, os chamados *Five Principles of Peaceful Coexistence*, ou seja, cinco princípios de coexistência pacífica, que se resumem em: respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão; não interferência em assuntos internos; vantagens recíprocas; e coexistência pacífica. (RIBEIRO, 2017).

É no exercício dessa política de *going out* que é construída a relação entre China e América Latina. Desde a inclusão da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o seu fluxo de comércio com o sul global aumentou fortemente, isso porque foi possível para o país avançar a parte de seu modelo de desenvolvimento que é baseada em exportações. Com isso, houve um grande aumento da demanda interna por commodities, e os países que tinham seus sistemas produtivos majoritariamente voltados para esse produto, como é o caso de Argentina, Brasil, Chile, e Peru, vendiam diretamente para a China, expandindo esse mercado e fazendo que o preço desses produtos aumentasse de 2 a 3 vezes ao longo da primeira década dos anos 2000. (WISE; CHING, 2017)

A rede de comércio formada entre América Latina e China se dá de maneira bem definida até o momento. A RPC se coloca como exportadora de bens manufaturados e importadora de *commodities* e recursos naturais, o que acaba por perpetuar o modelo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que se estabeleceu anos antes. Como resultado, a ponta à qual pertencem os países exportadores de *commodities* se vê condicionada à ponta com níveis de industrialização mais elevados, sendo que a economia daquela passa a depender da demanda desta. Como aconteceu após o *boom* do preço das *commodities* no início dos anos 2000, a superprodução global dessa classe de produtos superou sua demanda e decorreu numa queda drástica dos preços, o que gerou consequências extremamente negativas para os países da América Latina, mas possibilitou que a China realizasse compras mais baratas para seus estoques. (VADELL, 2018)

Já quanto às relações de investimento, a China foi fortemente beneficiada pela transferência de tecnologia e *know how* - que aqui pode ser entendido como experiência empresarial em algum determinado assunto - de processos produtivos, ambos proporcionados pela entrada de investimento direto externo através das *joint ventures* durante o processo de sua ascensão (RIBEIRO, 2008). Nesse estágio, a China se colocava como o país industrialmente menos desenvolvido, atraindo o capital externo com sua mão de obra barata e sistema de leis trabalhistas lasso. Com o passar do tempo, e através do uso de uma estratégia muito bem construída, a China foi capaz de reverter a sua posição no sistema internacional, tornando-se o país que direcionava os fluxos de investimento de suas SOEs - *State Owned Enterprises*, as empresas do Estado chinês - a geografias abundantes em recursos naturais, e tendo conseguido obter vantagens para seus objetivos de produção mesmo sem nenhuma geração imediata de benefício para os países receptores do capital, tendo se posicionado, inclusive, como uma fonte alternativa de capital para os países da periferia. (CUNHA e ACIOLY, 2009)

É possível observar que a China tem elevado o seu poder no sistema internacional, e nos últimos anos passou a desempenhar um papel muito diferente daquele normalmente exercido por países de economias emergentes. Um dos mais relevantes entre esses papéis é a reorganização do sistema em torno de novas possibilidades de inserção internacional dos países periféricos, em especial, da América Latina, através de fluxos comerciais e de investimento. A RPC abriu oportunidade para que os países da América Latina pudessem recorrer a outras

fontes de empréstimo, por exemplo, que não sejam atreladas ao Consenso de Washington (CW), como é o caso do FMI e do Banco Mundial. Isso significa, na prática, que países emergentes como Brasil e Chile não carecem mais de submeter suas economias aos princípios neoliberais impostos por tais organizações caso precisem recorrer a financiamento internacional, ou mesmo formular políticas internas convergentes com esse modelo para que seja possível a sua inserção em acordos comerciais. (VADELL, 2013)

1. As bases da expansão chinesa

A ascensão econômica global da China foi um processo histórico longo. Em busca de o que é considerado pelos chineses um direito histórico, a China foi capaz de se reinventar mais de uma vez de forma a operacionalizar a sua colocação em posição de destaque na economia global. No começo do século XIX, a economia chinesa representava um terço da economia mundial em termos de Produto Interno Bruto. Já ao fim da década de 1950, dada a sua dificuldade em acompanhar o avanço material gerado pela industrialização capitalista dos países europeus, que se espalhou para EUA e Japão, a China acabou perdendo espaço, tendo a sua participação na economia mundial se transformado em míseros 5% - incompatível com a representatividade de sua população. (CUNHA e ACIOLY, 2009)

Desde a tomada de poder pelos comunistas em 1949 sob a liderança de Mao Zedong - que teve sucesso em orientar um forte movimento de reafirmação da nação, mas falhou em gerar a prosperidade que almejava - até a liderança reformista de Deng Xiaoping, que atingiu um relacionamento virtuoso com o capitalismo mesmo dentro de um regime político comunista, todos os esforços do governo foram direcionados ao *catching up* da China com relação aos países ocidentais. Assim, a China foi capaz de recuperar grande parte de sua representatividade econômica, a começar pela sua característica de socialismo de mercado. Além disso, diferentemente dos processos de ascensão econômica dos países do ocidente, a China estabeleceu que a sua trajetória não contaria com o envolvimento em conflitos, e que seria uma ascensão construída de forma pacífica, visto que não queriam que sua busca por colocar a civilização chinesa em posição de maior centralidade fosse tida como uma pretensão necessariamente hegemônica. (CUNHA e ACIOLY, 2009)

O relacionamento virtuoso com o capitalismo foi um ponto chave para o sucesso da estratégia chinesa. Deng Xiaoping foi firme na iniciativa de trazer características capitalistas para a China, que até então seguia nas bases socialistas ao modelo chinês criadas por Mao Zedong - princípios que fugiam do tradicionalismo chinês e também das diretrizes soviéticas, os quais serviam ao processo chamado de “revolução contínua” e desencadearam uma revolta após a outra na história chinesa, impedindo a participação plena da China no cenário internacional, e, por fim, não gerando progresso em termos de aumento de prosperidade. Deng foi o responsável por introduzir na dinâmica da economia chinesa os princípios de mercado, da tomada de riscos, na iniciativa privada, da produtividade e do empreendedorismo, tornando o ambiente interno da China propício ao investimento estrangeiro, sendo que as empresas exteriores que ali passassem a produzir teriam direito a uma parte lucro - após serem taxadas pela China - os trabalhadores Chineses receberiam seus salários, e, acima de tudo, a base produtiva da China iria adquirir conhecimentos de produção - *know how* - de forma a impulsionar o mercado chinês. Além disso, Deng era um forte apoiador do envio de estudantes chineses para intercâmbios nos países desenvolvidos como forma de angariar conhecimentos a respeito de processos produtivos e funcionamento de mercado. (KISSINGER, 2011)

Com relação ao quadro internacional formado pela China para a sua ascensão, havia o entendimento de que tensões, quaisquer que fossem geradas, poderiam desviar a China do atingimento de seu propósito. Três diretrizes principais voltadas para a constituição de um ambiente externo favorável formaram a fase reformista que orientou a estratégia de ascensão da China no fim do século XX: i) a redução de conflitos com as nações vizinhas, que orientou um esforço para a retomada de relações diplomáticas com os países asiáticos e sinalizou um tom de fato pacífico para a sua ascensão; ii) a ampliação de sua participação em organismos multilaterais; e iii) o uso de seu crescente poder econômico para fornecer alternativas de financiamento a parcerias consideradas estratégias. É importante ressaltar como característica principal do terceiro ponto que a influência por vezes exercida pela China em países estrangeiros, seja via relações comerciais ou de investimento, se dava na ausência da imposição de condicionalidades, ao contrário da prática das instituições ocidentais como Banco Mundial e FMI, o que se

torna crucial para o entendimento das relações posteriores entre China e países latino-americanos. (CUNHA e ACIOLY, 2009)

Explorando a questão da abertura econômica pós-reformas, o plano das “Quatro Modernizações” - proposto durante a Terceira Sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês - implementado a partir da década de 80 foi responsável por fundamentar as bases necessárias para a ascensão da China após a virada do milênio. O plano tinha uma cobertura ampla, incrementando os setores agrícola, industrial, tecnológico e militar da China. Com relação à agricultura, foram expandidos os lotes privados de produção e estendidos os prazos dos contratos entre produtores e Estado, além da possibilidade da comercialização dos excedentes de produção (aquilo que não era comprado pelo Estado) a preços livres - ou seja, de mercado. O resultado foi um aumento na renda dos camponeses chineses, que, por consequência, incidiu em um forte aumento no consumo e teve um impacto relevante no aumento da demanda por bens industriais, incentivando o aumento de produção. (RIBEIRO, 2008)

No que tange a indústria, um dos principais pontos de reforma foi a diversificação do monopólio industrial estatal do período de Mao, em que empresas familiares passam a ser aceitas e incentivadas pelo governo. O lucro obtido com a produção, que anteriormente ficava em sua totalidade com o Estado, teve a sua taxa reduzida para 55%, o que incentivou não somente a expansão das TVEs - *township village enterprises*, que surgiram a partir da dissolução das comunas e, apesar de geridas de forma autônomas pelas famílias, ainda pertencentes aos poderes municipais - mas também da criação de empresas privadas e da atração de investimentos estrangeiros. É importante ressaltar que as empresas estatais, até os dias atuais, têm um papel crítico na geração de recursos direcionados a investimentos estratégicos realizados pelo governo chinês - logo, o objetivo era de fato diversificar a produção industrial, mas sempre mantendo a parcela de posse do poderio chinês. (RIBEIRO, 2008)

No caso específico da atração de Investimento Direto Externo (IDE) - capital estrangeiro investido diretamente em fábricas, equipamentos ou imóveis - para a China, a política de criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), também em meados da década de 80, foi determinante. Tratava-se de espaços geográficos - especificamente cidades costeiras - cujas leis de produção se diferenciavam das usuais da China, sendo elas dependentes de capital externo e

com foco 100% em exportação, onde era possível implementar preços de mercado e praticar mais liberdade de venda e comércio que o restante do país. Nas ZEEs, a alíquota de imposto de renda para as empresas era de 15%, podendo haver até isenção a depender do tempo e nível tecnológico das operações, a legislação trabalhista e salarial era flexível, e o Banco da China fazia concessão de crédito às empresas estrangeiras que ali produzissem. No entanto, toda a produção, por demanda do governo chinês, deveria acontecer no modelo de *joint venture* - em que duas empresas desenvolvem juntas um projeto - entre empresas estrangeiras e chinesas, possibilitando que o principal objetivo de Deng Xiaoping naquela época fosse atingido: a absorção dos métodos de produção e administração ocidentais pela China. (RIBEIRO, 2008)

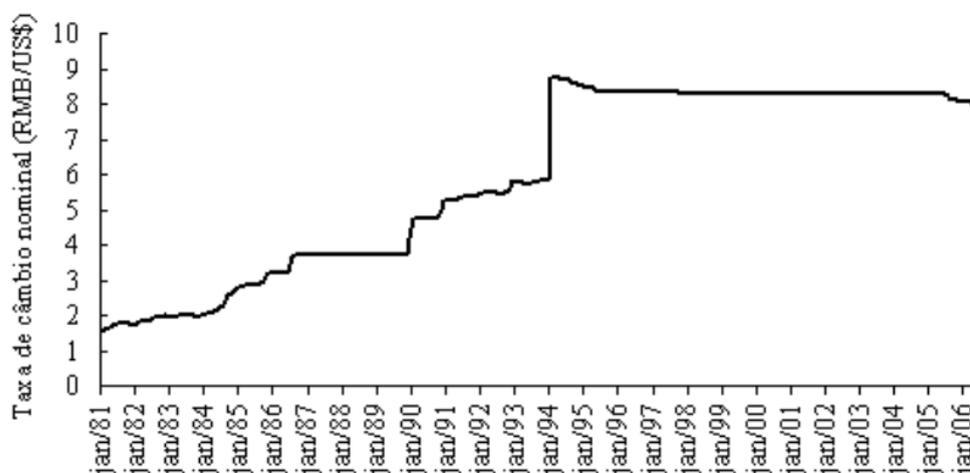
O forte crescimento do fluxo de IEDs para a China transformou o país em uma dos principais polos de investimento do mundo - em 2000, os IEDs dirigidos à china atingiam 3% do total mundial e 10% da Ásia - o que orientou a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001, ponto a partir do qual a China se estabelece permanentemente aberta às relações comerciais e de investimento com o restante do mundo. A ampliação da produção destinada à exportação levou a China a subir mais um degrau na escada de suas estratégias de crescimento: o estabelecimento da política cambial de enfraquecimento do yuan, que incentivaria ainda mais as exportações chinesas. Após a implementação da estratégia, a moeda chinesa passou da relação de 1,5 yuans/dólar em 1984 para 8 yuans/dólar até 2002 - atualmente, a moeda se encontra em 7,25 yuans/dólar. (RIBEIRO, 2008; INVESTING, 2022). Dois pontos são relevantes nessa questão: 1) como a China interveio - e prossegue intervindo - no mercado cambial de forma a manter o Renminbi nos patamares desejados; e 2) as consequências disso.

A primeira fase da política cambial chinesa levou o yuan a uma desvalorização de 36% e gerou o estabelecimento de uma política dual de câmbio. A taxa de câmbio oficial seguia o modelo de flutuação regular, porém, a prática incentivada pelo governo para as ZEEs era utilizar o mercado de *swaps* - que se trata de um mercado de derivativos em que os ativos subjacentes são os indexadores de contratos de compra e venda, permitindo, assim, a troca das taxas de câmbio envolvidas na negociação dos produtos - para a conversão das taxas, o que proporcionava um ambiente de câmbio ainda mais desvalorizado. Essa prática permitia que a China fosse capaz de, simultaneamente, ampliar a sua capacidade de

obtenção de divisas, que seriam indispensáveis às suas estratégias de crescimento, e racionalizar a sua utilização de uma forma que a suas importações, ainda muito necessárias ao modelo produtivo, não fossem prejudicadas pelo excesso de desvalorização da sua moeda. (OLIVEIRA, 2007; BCE, 2022)

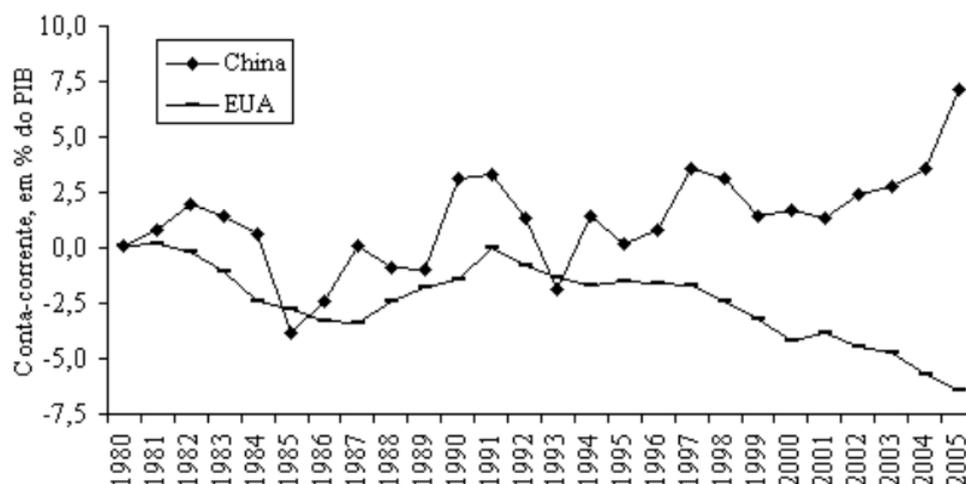
Dado que um aumento significativo da inflação nos EUA na década de 80 gerou, independente dos esforços do governo chinês, uma trajetória de apreciação do yuan e consequências déficits na conta corrente chinesa, a China se mostrou adaptável e reformulou sua política cambial em uma segunda fase. Foi realizada uma maxi desvalorização do yuan e implementado um regime único de câmbio, mas com a imposição de bandas de flutuação bem delimitadas. Os efeitos nas transações correntes foram quase instantâneos, como é possível observar no gráfico 2 abaixo. A taxa de câmbio baixa e estável, aliada a um controle inflacionário via controle de preços, estimulou as exportações e o investimento. (OLIVEIRA, 2007)

Gráfico 1: Taxa de câmbio nominal na China (1980-2005)



Fonte: IMF | Elaboração: Oliveira, 2007.

Gráfico 2: Saldo em transações correntes do balanço de pagamentos em % do PIB na China e nos EUA (1980-2005)

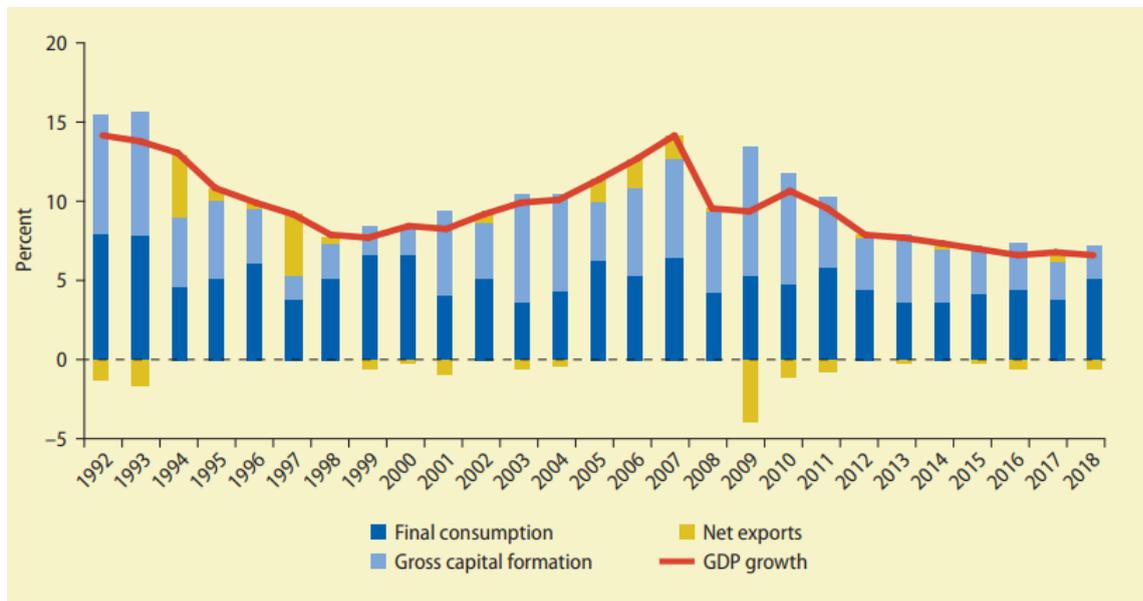


Fonte: IMF | Elaboração: Oliveira, 2007.

O gasto com pesquisa e desenvolvimento (P&D) foi essencial para consolidar a estratégia chinesa. O modelo de absorção das técnicas de produção ocidentais através das *joint ventures* foi seguido de muito investimento em núcleos internos de desenvolvimento de tecnologia, sendo que, em 2018, 2,18% do PIB do país teve essa finalidade - em contraposição em 1,4% em 2007 e 0,7% em 1997 - o que se aproximou muito da média da OCDE. Em termos mundiais, para maior clareza, o investimento chinês em P&D representa 20% do total, ficando em segundo lugar e atrás somente dos EUA. Além disso, o número de patentes concedidas anualmente atingiu o maior do mundo, saindo de 68 mil em 2007 para 420 mil em 2017. (WORLD BANK GROUP e DRC, 2019)

A partir da organização das bases supracitadas, a China se transformou na maior economia exportadora do mundo, tendo sido capaz de moldar a sua economia em um padrão de crescimento nunca visto antes - a taxa de crescimento anual do PIB Chinês teve uma média de 10% por quase três décadas, conforme mostra o gráfico 3, do Banco Mundial. Não somente, suas exportações têm ficado mais sofisticadas com o tempo, tendo o país atingido uma parcela de aproximadamente 30% das exportações intensivas em tecnologia em 2017 frente a uma quantidade irrelevante em 1980. Dessa forma, a abertura orquestrada da China se provou eficiente na geração de produtividade e desenvolvimento, transformando a China em uma peça fundamental para o funcionamento das cadeias globais de fornecimento. (WORLD BANK GROUP e DRC, 2019)

Gráfico 3: Composição o PIB da China (1992-2018)



Fonte | Elaboração: WORLD BANK GROUP e DRC, 2019.

2. IED Chinês e a Belt and Road Initiative

Dado o entendimento com relação às bases da ascensão chinesa, é possível iniciar a discussão sobre a sua política de externalização de capital. De modo geral, a iniciativa de *Belt and Road* representa uma das principais formas de levar o capital desenvolvido na China a se ampliar através do aumento da capacidade de produção das empresas chinesas para além de suas fronteiras. Trata-se de um projeto de investimento intensivo direcionado às regiões geograficamente próximas à China de modo a aprimorar as redes comerciais, incrementar a produtividade e expandir o uso internacional da moeda chinesa. Eram duas as vertentes principais do plano: a “*Silk Road Economic Belt*”, e a “*Twenty-First-Century Maritime Silk Road*”, uma terrestre e a outra marítima, citadas pelo premiê Chiner Xi Jinping apenas como “*One Belt, One Road*” em alusão à antiga “Rota da Seda” - rede de comércio criada entre países da Ásia Central e a Europa em 206 A.C - que logo passou a ser chamado de *Belt and Road Initiative* (BRI). (TSUI et al., 2017; CFR, 2022)

A primeira menção à BRI foi feita em 2013, já no ano em que se iniciou o governo de Xi Jinping, quando o PIB Chinês era de 9,57 trilhões de dólares e representava 12,3% do PIB mundial (a preços correntes). Apesar de alguns projetos terem se iniciado já em 2013, a sua inauguração oficial se deu em 2017, em um

evento que atraiu lideranças mundiais e representantes de organizações internacionais interessados em receber o capital chinês. Até então, a máxima do desenvolvimento chinês era resguardar a sua força econômica internamente, sem manifestar a intenção de se tornar uma potência, e evitando desafiar a ordem vigente. Essa ideia foi aos poucos sendo deixada de lado no governo de Xi, responsável por iniciar os acenos na direção de tornar a China uma potência regional e global. (WBD, 2022ab; HENDLER, 2019)

As motivações chinesas relacionadas à internacionalização de sua economia têm propósitos estratégicos diversos, de vertentes tanto geopolíticas quanto econômicas. Conforme supracitado, Xi Jinping rompe com o antigo modelo de desenvolvimento da economia chinesa ao optar pela abertura econômica internacional, decisão que envolveu, de um lado, a percepção de um esgotamento do modelo praticado anteriormente - as taxas de crescimento anual de dois dígitos que se iniciaram em 2003 ficaram para trás em 2010 e estavam decrescendo desde então, fora as relações comerciais complicadas com os EUA, cujos entraves pareciam não ser fáceis de sobrepor. Nesse contexto, a China adotou uma visão mais assertiva e passou a buscar novos mercados onde pudesse desenvolver sua indústria, especialmente a de infraestrutura, a qual, domesticamente, já se encontrava saturada e com níveis decadentes de taxa de lucro, mas tinha muito espaço para se desenvolver nos países do sudeste asiático - o que, em última instância, veio a reforçar a relação centro-periferia no sistema internacional. (CFR, 2022; WBDc, 2022; HENDLER, 2019)

A BRI, então, se concretizou em uma onda de investimentos - tanto através de concessões de crédito quanto de forma direta, através da compra de parte do capital dessas empresas - provenientes das *State Owned Enterprises* (SOEs) financiadas por bancos estatais. O foco principal desse estágio inicial era o desenvolvimento dos setores de infraestrutura para energia e transporte, operando a construção de rodovias e ferrovias, dutos de energia e passagens de fronteira simplificadas. Com relação à rota marítima, como forma de acomodar o tráfego comercial marítimo em expansão, a China investiria no desenvolvimento de portos ao longo do Oceano Índico, desde o sudeste da Ásia até a África Oriental e partes da Europa. Na medida em que os investimentos foram sendo realizados e novas demandas foram surgindo, logo houve o desenvolvimento de uma segunda onda do plano - não no sentido de sequência, dado que ambas as ondas ocorreram quase

que simultaneamente, mas em referência a uma expansão do plano inicial. Dessa vez os fluxos de capitais partiam tanto de empresas públicas quanto privadas e novos setores foram envolvidos, voltando-se também à telecomunicação, à manufatura, à mineração, ao sistema financeiro, ao turismo e à cultura. (HENDLER, 2019; CFR, 2022)

Observando especificamente o caso dos primeiros fluxos de investimento para o sudeste asiático na BRI, os projetos de infraestrutura chineses se dividiram em duas linhas principais: 1) projetos de construção de portos, rodovias e ferrovias que ligavam diretamente os países parceiros à China; e 2) projetos de aprimoramento da infraestrutura doméstica desses países, sem nenhum link direto com a logística da BRI. Os projetos do primeiro tipo tinham uma veia estratégica mais clara, uma vez que essas vias construídas, controladas pelas SOEs chinesas, poderiam proporcionar vantagens logísticas ao serem utilizadas em cenários de conflito. No segundo caso, apesar de mais sutil, ainda existe uma vantagem estratégica para China dado a capacidade de fornecimento de redes de informação, e instalações de transporte e armazenamento de energia, muito úteis para o exercício de influência política. Com isso, é possível perceber que além dos objetivos econômicos de promover alternativas para o aumento das taxas de lucro e acumulação de capital às empresas chinesas do setor de infraestrutura, a BRI traz à tona questões geopolíticas, garantindo à China o acesso a suprimentos energéticos essenciais e vantagens logísticas incomparáveis, tudo com estruturas localizadas sob a estrutura de poder chinesa através das SOEs. (HENDLER, 2019)

Ampliando o foco na chamada “segunda onda” da BRI, é realizada uma expansão de escopo e as feiras de tecnologia e pesquisa de ponta desenvolvidas pelo governo chinês são somadas à construção de parques industriais para além das fronteiras chinesas, o que atraiu a atenção de empresas privadas e promoveu a criação de novos eixos de produção manufatureira e de serviços para as cadeias globais de valor. No compilado de dados feito por Hendler (2019), até 2016 já existiam 56 parques industriais operacionais em 20 países parceiros da BRI, atraindo 1.082 empresas em um investimento acumulado de US\$ 18,55 bilhões com geração de receita bruta de cerca de US\$ 50 bilhões. Essa etapa do projeto contava com a movimentação inicial padrão do governo chinês no sentido de estabelecer relações bilaterais com os países que demonstrava interesse na BRI, sendo esta seguida pelo planejamento dos projetos pelas próprias empresas privadas, o qual

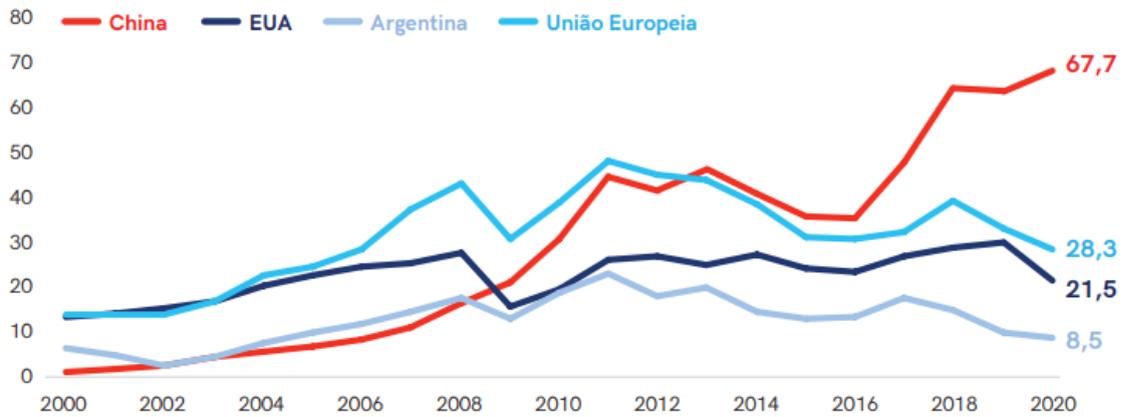
era executado com o capital proveniente de bancos públicos e com a mão de obra e recursos naturais fornecidos pelo país sede. (HENDLER, 2019)

Vale aqui citar alguns casos específicos envolvendo empresas de produção intensiva em tecnologia. Em 2016, a empresa chinesa de varejo, Alibaba, comprou o Lazada Group of Singapore, da mesma linha de negócios, e assinou os acordos de cooperação com Tailândia e Malásia que criaram a primeira Zona de Livre Comércio Digital (ZLCD) em Kuala Lumpur, facilitando o acesso a redes de fornecimento de tecnologia e de negociação para seus produtos. Em 2018, a Tencent – dona do aplicativo *Wechat* e desenvolvedora de jogos virtuais – investiu na Sea of Singapore, um conglomerado de tecnologia também focado em e-commerce e desenvolvimento de jogos. Nesse sentido, os países do sudeste asiático se beneficiaram do acesso a tecnologia de ponta e da facilitação do escoamento de sua produção. No entanto, as grandes empresas chinesas envolvidas nos projetos têm o poder de suplantar as pequenas firmas locais, tendo seus interesses de expansão para esses países guiados justamente pela baixa competitividade e a inferioridade das barreiras regulatórias com relação a EUA e Europa. É nesse sentido que surge o argumento de que a BRI pode ser tida como reforço às relações entre centro e periferia no sistema internacional, dada a sua conduta ser um fator de perpetuação dos vieses da divisão internacional do trabalho. (HENDLER, 2019)

3. Investimentos chineses no Brasil

As relações de cunho econômico entre China e Brasil se estreitaram bastante a partir dos anos 2000 e, apesar de o foco desse trabalho ser a veia de investimentos diretos, vale ressaltar a importância da relação comercial entre ambos os países - haja vista a grande necessidade que a economia chinesa tinha de fontes de importação de matérias primas para conseguir atingir a sua meta de se tornar uma grande exportadora de bens manufaturados para o mundo, o que se encaixava perfeitamente à base produtiva da economia brasileira. Nesse quesito, a evolução das exportações do Brasil para a China foi a mais relevante entre todos os maiores parceiros econômicos do Brasil na janela temporal de 2000 a 2020, tornando-se a parceria mais expressiva atualmente. Além disso, dados de 2020 mostram que 82% das vendas brasileiras deste ano vieram de atividades da indústria extrativa e agropecuária. (CARIELLO, 2021)

Gráfico 4: Evolução das exportações do Brasil para a China (2000 - 2020; US\$ Bilhões)



Fonte: Ministro da Economia/ Comex Stat | Elaboração: Cariello

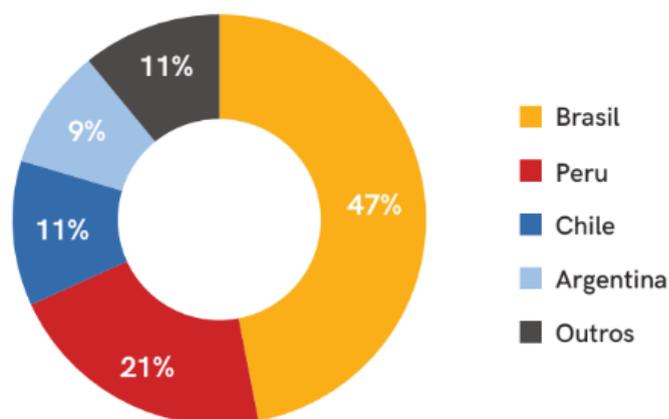
Ao longo do processo de parceria comercial com o Brasil, a China começou a perceber o potencial do país emergente como um destino para seus investimentos. Dedicando uma parte do trabalho a elucidar do que se trata esse tipo de investimento, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) define os investimentos diretos externos como sendo a movimentação internacional de capitais contendo propósitos específicos de investimento, ou seja, quando empresas ou indivíduos no exterior criam ou adquirem operações em outro país, o que engloba os processos de fusões e aquisições, construção de novas instalações, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior e empréstimos *intercompany* (entre empresas do mesmo grupo econômico). Esse processo pode acontecer por motivações diversas, mas no caso chinês, conforme exposto na sessão sobre a *Belt and Road Initiative*, os benefícios gerados são o aproveitamento de mão de obra de baixo custo e abundância de recursos naturais para a produção de bens indispensáveis ao desenvolvimento do complexo industrial chinês. Retomando o caso brasileiro, a partir da estabilização econômica trazida pelo Plano real, os anos 2000 foram um marco de atração de investimentos externos - o montante de investimento direto no Brasil triplicou entre 1994 e 2002, atingindo US\$ 165,5 bilhões. O rápido crescimento da demanda interna e a paridade cambial com o dólar, que garantiu ao Real melhores condições de negociação à época,

levaram à economia brasileira a apresentar resultados atraentes ao capital externo, inclusive o chinês. (APEX BRASIL, 2022; SCHERER, 2004)

Com relação à participação chinesa nesses investimentos, existe uma distorção dos dados históricos que precisa ser levada em consideração, visto que é frequente empresas utilizem de regiões com regimes fiscais mais flexíveis para intermediar operações financeiras - como Luxemburgo, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas - tornando inviável observar somente os fluxos que partem diretamente da China. Por esse motivo, serão utilizados os dados levantados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), que desenvolveu uma metodologia própria envolvendo o monitoramento da imprensa internacional e consultas diretas com as empresas chinesas. Segundo eles, entre 2007 e 2020, aproximadamente 130 empresas chinesas anunciaram 241 projetos no Brasil, cujo potencial de investimentos chegou a US\$ 110,6 bilhões e dos quais 176 foram de fato realizados, envolvendo aportes que somam US\$ 66,1 bilhões. (CARIELLO, 2021)

Comparando os dados levantados pela CEBC com aqueles fornecidos por outras instituições não-governamentais, é possível encontrar resultados semelhantes - o *China Global Investment Tracker* (CGIT) estima em US\$ 60,6 bilhões o montante dos investimentos provenientes da China no Brasil nesse período, enquanto a *Red ALC-China e o Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe* (2021) informam um montante de US\$ 52,6 bilhões. De modo geral, o Brasil é apontado como o maior receptor de investimentos chineses na América Latina até 2020, sendo que, no intervalo entre 2003 e o fim de 2019, a China se colocou no patamar de segundo principal investidor no Brasil em termos de estoque, com 30,9% do montante total investido, atrás apenas dos EUA, que têm participação de 31,2%. . (CARIELLO, 2021)

Gráfico 5: Estoques de investimentos chineses na América do Sul (2005 a 2020; % dos valores)



Fonte: China Global Investment Tracker | Elaboração: Cariello

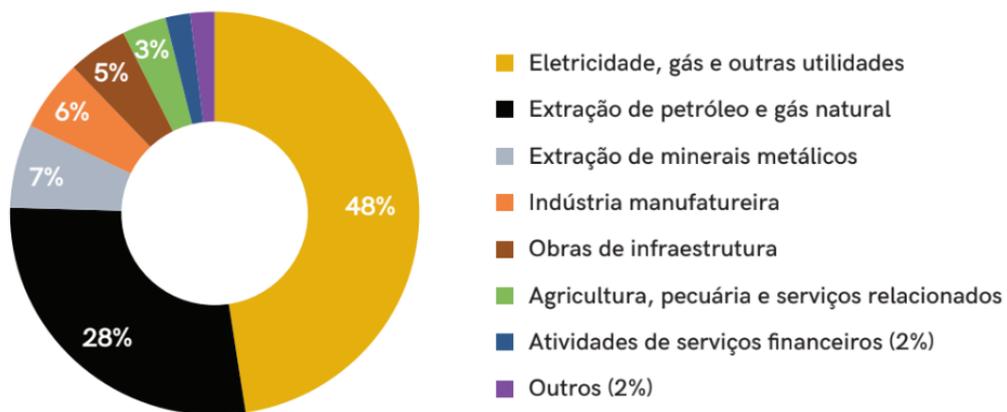
3.1. Segmentação setorial do IED chinês no Brasil

Analisando o direcionamento setorial desses fluxos de investimento, é possível vislumbrar os objetivos chineses que os embasam. Até o ano de 2011, a China teve como foco a área de *commodities* - partindo da ambição comercial, conforme supracitado - especialmente nas atividades de extração mineral, petróleo e agricultura. No total, o setor foi responsável por atrair 83% do valor investido ou prospectado no período - importante destacar que o levantamento desse dado em questão considera não somente os investimentos confirmados, mas os anunciados também, fornecendo uma visão mais ampla com relação ao interesse chinês. Em 2010, a China iniciou esforços para aquisição de terras produtivas no Brasil - especificamente na cidade de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia - como forma de expandir a produção e simplificar a estrutura de custos de exportação. No entanto, o Governo Brasileiro levantou medidas para dificultar o processo, entendendo um caráter de desequilíbrio neocolonial na relação entre os dois países. (CARIELLO, 2021; BARRIONUEVO, 2011)

Em um segundo momento, observando um recorte de 2007 a 2020, o setor de produção de energia elétrica ganha importância, passando a atrair 48% de todo o estoque de investimentos confirmados até o período, e se tornando um forte ponto focal. Estudos da *Boston University* estimaram que o investimento chinês no setor até 2019 chegou a US\$36,5 bilhões, gerando uma capacidade de produção equivalente a 10% do total nacional. As companhias chinesa *State Grid* - que cobre cerca de 88% do território chinês e está no Brasil desde 2010 - e *China Three*

Gorges - maior produtora de energia hidrelétrica do mundo, atuante no Brasil desde 2013 - ambas têm a maioria de seus aportes no exterior alocados no Brasil, os quais representam 48% e 60% respectivamente. (CARIELLO, 2021; STATE GRID; 2022; CTGBR, 2022)

Gráfico 6: Divisão setorial dos valores confirmados de investimento chinês no Brasil (2007 - 2020)



Fonte: CEBC | Elaboração: Cariello

O segundo setor mais relevante na atualidade, de extração de petróleo e gás natural, angariou a participação de estatais chinesas relevantes, tais como *China Petrochemical Corporation* (Sinopec), *China National Petroleum Corporation* (CNPC), *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e *Sinochem Holdings Corporation* (Sinochem). Concomitantemente, houve um aumento de 180% das exportações da *commodity* brasileira para o país asiático entre 2010 a 2020, estreitando ainda mais a parceria comercial entre os dois países e consolidando o Brasil na posição de ator econômico estratégico para a China. Já o setor de extração mineral, que consiste historicamente em uma das maiores parcelas da pauta exportadora do Brasil para a China, detém a parcela de 7% do investimento analisado, a qual foi majoritariamente operacionalizada através da compra de parcelas de empresas brasileiras já estabelecidas - como a MMX Mineração, pela *Wuhan Iron and Steel* (WISCO), a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) por um grupo composto por *Citic Group*, *Anshan Iron & Steel*, *Baosteel*, *Shougang* e *Taiyuan Iron & Steel*, e a Anglo American, pela *China Molybdenum Company*. (CARIELLO, 2021)

A indústria manufatureira, detentora de 6% dos investimentos confirmados, atraiu fortemente o interesse chinês entre 2011 e 2015 - em uma análise do número de projetos, pode ser considerada a zona de maior interesse nesse intervalo, detendo fatias que variavam entre 31% e 77% dos projetos anualmente. No entanto, o foco desses aportes era aproveitar os espaços que existiam no setor industrial brasileiro e atingir o mercado consumidor local, mas a crise ocorrida no Brasil em 2015 ocasionou uma forte redução da demanda por bens de consumo, levando, assim, a um enxugamento do capital chinês no setor pelos próximos anos. Os principais projetos que prevaleceram se direcionam aos segmentos automotivo, eletroeletrônico, químico e de máquinas e equipamentos, sendo que entre as principais empresas que direcionam os aportes estão BYD, TCL, Gree, Midea, Sanxing Electric, Chery, Sany, XCMG e Liugong. (CARIELLO, 2021)

Após endereçar os setores com maior direcionamento de investimentos, será apontado o baixo valor do investimento em agricultura nos últimos anos - apenas 3% do total - o que contrasta diretamente com a expressiva relação comercial entre os dois países nesse campo. Observando dados do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura é possível identificar que a participação de produtos da indústria agrícola brasileira nas exportações para a China saiu de 35% em 2010 e atingiu 50% em 2020. A crescente importância da relação foi responsável por atrair investimentos diretos de empresas como COFCO, *Tide Group* e *LongPing High-Tech*, participantes do setor através da comercialização e fornecimento de produtos agrícolas, além da fabricação de químicos para a agroindústria. Também foi aumentada a participação indireta da China no setor agroindustrial brasileiro através da compra de grandes multinacionais presentes no Brasil - como foi o caso da aquisição da suíça Syngenta pela estatal central ChemChina em 2017, tendo sido a maior operação já realizada pela China no exterior, com uma movimentação de US\$ 43 bilhões. (CARIELLO, 2021)

Em uma análise com relação ao ingresso do capital chinês no Brasil, a CEBC identificou que 70% do valor dos investimentos chineses confirmados - US\$ 46,3 bilhões - se deu via operações de fusão e aquisição (ou, em inglês, *mergers and acquisitions*, que gerou a sigla M&A, pela qual esse processo será chamado até o fim do trabalho). Na realidade, a fusão e a aquisição, apesar de ambas se tratarem da transação entre duas firmas diferentes que, ao fim, se combinam de alguma forma, representam dois processos distintos no campo da economia corporativa.

Enquanto na fusão as companhias participantes se unem para dar origem a uma terceira, totalmente nova, a aquisição envolve uma empresa adquirindo a segunda, que deixa de existir. É importante ressaltar que essas transações podem ocorrer tanto entre duas empresas da mesma linha de negócio, gerando uma acumulação positiva tecnologia e informação e aproveitando benefícios de sinergia - o que é chamado de um M&A horizontal - quanto ocorrer entre empresas que participam de segmentos diferentes da mesma cadeia de valor, obtendo vantagens competitivas de economias de escala - o chamado M&A vertical, ou até mesmo entre duas empresas de linhas de negócio completamente diferentes, almejando a diversificação do escopo de atividades da empresa - os chamados conglomerados. (CARIELLO, 2021; CFI; 2022)

A forma de inserção do capital chinês no Brasil tem sua importância por indicar os potenciais impactos gerados na atividade econômica brasileira. Visto que, conforme supracitado, os processos de M&A representaram a maior forma de ingresso de investimentos chineses no Brasil, tem-se uma relação irrelevante de causalidade entre o fluxo de investimento recebido e o aumento da capacidade produtiva do país receptor. Isso porque, conforme elucidado por Aoun et al. no texto Dinâmica das Fusões e Aquisições no Investimento Direto Estrangeiro, existe uma baixa implicação dos processos de M&A em formação bruta de capital fixo - indicador que determina a ampliação da capacidade produtiva futura de um país - dado que não são criadas novas instalações e fábricas, e o que ocorre é meramente uma internacionalização das instalações preexistentes. As chamadas operações de *greenfield*, por sua vez, cujos projetos são estabelecidos desde o estágio inicial pela empresa investidora no país de destino do capital e tem um alto potencial de gerar capacidade produtiva, representaram apenas 24% do total dos investimentos chineses no Brasil. (CARIELLO, 2021; AOUN ET AL., 2008; IBGE, 2000).

3.2. Alinhamento entre o IED Chinês no Brasil e o planejamento doméstico da China

De modo geral, a prática chinesa de investimento no exterior pode ser relacionada diretamente com a sua planificação econômica doméstica. É possível observar a dinâmica da evolução dos objetivos chineses e dos pontos de execução de suas metas de crescimento através da análise qualitativa dos Planos

Quinquenais - prática antiga herdada da União Soviética que consiste na delimitação de planos imperativos para os próximos 5 anos, tendo como foco o desenvolvimento econômico e social de nações comunistas. No caso chinês, os primeiros planos - que tiveram início em 1953 - foram focados em elevar a taxa de crescimento econômico, gerar avanço tecnológico e fortalecer a indústria. Com o tempo, houve espaço para endereçar questões mais específicas dos desafios enfrentados pela China em seu processo de crescimento, como o 7º Plano Quinquenal, por exemplo, que incluía questões como a adaptação da eficiência econômica e da qualidade dos produtos à estrutura em mutação da demanda social, ou seja, gerar modernização para os consumidores chineses, tendo como foco não mais o simples crescimento do país, mas o desenvolvimento de fato, considerando questões sociais e econômicas. (FERRAZ & DIEGUES, 2019)

Avançando um pouco a análise, foi no 10º Plano Quinquenal (2001 a 2005) que se instaurou como meta o fortalecimento da competitividade internacional da China, com objetivo definido de taxas de crescimento para as indústrias primária, secundária e terciária, e aumento do investimento em P&D para o incremento de tecnologia nos produtos, que, ao fim da execução do plano, deveria atingir 1,5% do PIB. Também fez parte das diretrizes estabelecidas nesse plano a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, que serviu à reorientação de sua inserção internacional incentivando a internacionalização das empresas chinesas. Logo em seguida, no 12º Plano Quinquenal (2011 a 2015), uma das principais questões levantadas pelo governo chinês foi a sustentabilidade do crescimento, que carecia de alguns ajustes para ser garantida, ponto em que a China passou a se preocupar e agir ativamente com relação à poluição, uso intensivo de energia e esgotamento dos recursos naturais. Nesse sentido, um dos principais objetivos era aprimorar a eficiência energética do país e desenvolver novas fontes, principalmente de energia limpa. (FERRAZ & DIEGUES, 2019; KPMG, 2011)

É nesse sentido que vemos o alinhamento entre o maior fluxo setorial de investimento chinês para o Brasil - aquele destinado ao setor elétrico, conforme supracitado, e será utilizado como exemplo - e o detalhamento dos planos quinquenais. Com a abertura para instalação de operações de empresas chinesas em outros países e a busca por obter energia limpa e reduzir o consumo de carvão, a China passa investir diretamente em empresas do setor de energia de países da América Latina, especialmente o Brasil - de 2010 a 2019, foram 57 empresas

entrantes no país. Isso possibilitou à China não somente o acesso a diversas oportunidades de negócios rentáveis, mas também a realização de intercâmbios de tecnologias com potencial para serem utilizadas para o desenvolvimento de produtos nativos. Um caso recente de possível efetivação dessa estratégia é o desenvolvimento da transmissão UHV iniciado em dezembro de 2020 - um projeto de transmissão de energia de corrente direta cuja linha de transmissão atinge cerca de 2.080 km e tem como proposta levar energia hidrelétrica do sudoeste ao leste do país, viabilizando o uso de energia limpa em uma das zonas mais economicamente produtivas da China. (WEGNER, 2017; BARBOSA, 2021; XINHUA; 2022)

4. Conclusão

A China mostra um histórico de ascensão internacional operado à base de transferência de tecnologias e conhecimentos das grandes potências mundiais para dentro de suas fronteiras - o que se deu por meio da forte atração de capital estrangeiro pela China no início de sua abertura e pela organização da entrada desse capital através das *joint ventures*. Isso só foi possível com a organização governamental em torno de gerar crescimento e desenvolvimento, com metas e planejamentos claros, e que se mostrou ser bem-sucedida ao longo do tempo. Hoje, a China tem uma posição relevante no sistema internacional, sendo capaz de desenhar modelos de relacionamento com outros países subdesenvolvidos que muito se assemelham a uma relação centro-periferia em que a China se coloca no papel de centro, perpetuando a dinâmica da divisão internacional do trabalho. Isso se dá na medida em que a China oferece a oportunidade de ampliação de tecnologia de produção aos países em que insere seu capital ao passo que amplia seu poder sobre eles, aproveitando-se de uma mão de obra barata e conquistando mercado consumidor. No entanto, ainda no intuito de gerar desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de sua população e atingir um modelo sustentável de crescimento - conforme estabelecido nos Planos Quinquenais - a China parece utilizar das mesmas estratégias de sempre: buscar participação ativa em projetos oriundos de países cujo sistema de produção é mais eficiente em determinado aspecto que o seu próprio, aproveitando-se da possibilidade de obtenção de tecnologias e transferência de *know-how*.

Essa característica resiliente do seu planejamento se mostra presente nas relações entre capital chinês e brasileiro. Considerando que o Brasil é forte em um tema extremamente relevante e deficitário para a China no momento - a produção extensiva de energia limpa - e sendo este justamente o setor que recebeu o maior foco dos investimentos chineses nos últimos anos, torna-se possível compreender a importância dessa relação para as ambições de longo prazo da China, além de identificar a forma com que o capital chinês é inserido e quais possíveis vantagens são obtidas no processo.

Ademais, como identificação de consequência do investimento chinês no Brasil, tem-se que, de forma automática, poucos benefícios podem surgir. O IED chinês por si só tem uma baixa capacidade de gerar impacto real na produtividade econômica doméstica, sendo necessário uma estratégia mais elaborada por parte do Brasil para conseguir aproveitar benefícios alternativos da presença chinesa, como a própria transferência de tecnologias e métodos de produção, ou talvez até mesmo de planejamento.

Referências Bibliográficas

AMIR, Samin. **A China é capitalista ou socialista?** Vitória: Argumentum, 2014.

AOUN ET AL. **Dinâmica das Fusões e Aquisições no Investimento Direto Estrangeiro: especificidade da indústria de alimentos e bebidas no Brasil, 1996 - 2006.** Informações Econômicas, SP, v.38, n.3, mar. 2008.

APEX BRASIL. **O que é IED?**. Disponível em:

<[http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied#:~:text=O%20Investimento%20Estrangeiro%20Direto%20\(IED,adquirem%20opera%C3%A7%C3%B5es%20em%20outro%20pa%C3%ADs](http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied#:~:text=O%20Investimento%20Estrangeiro%20Direto%20(IED,adquirem%20opera%C3%A7%C3%B5es%20em%20outro%20pa%C3%ADs)> Acesso em 08 dez. 2022.

BARBOSA. **A China no setor elétrico brasileiro: tendências e oportunidades.**

Disponível em:

<<https://dialogochino.net/pt-br/mudanca-climatica-e-energia-pt-br/a-china-no-setor-elétrico-brasileiro-tendencias-e-oportunidades/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BARRIONUEVO, A. **China's Interest in Farmland Makes Brazil Uneasy.** The New York Times. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2011/05/27/world/americas/27brazil.html>>. Acesso em 02 dez. 2022.

BCB. **Swap Cambial, 2022**

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/swapcambial>

BUGIATO, Caio. **Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro.** Florianópolis: Revista Em Debate, 2012.

CFI. **Mergers & Acquisitions (M&A).** Disponível em:

<<https://corporatefinanceinstitute.com/resources/valuation/mergers-acquisitions-ma/>>. Acesso em 08 dez. 2022.

CFR. **China 's Massive Belt and Road Initiative.** Disponível em:

<<https://www.cfr.org/background/chinas-massive-belt-and-road-initiative>>. Acesso em 19 nov, 2022.

CTGBR. **A Empresa.** Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/a-empresa/>>.

Acesso em 02 dez. 2022.

CUNHA, A. & ACIOLY, A. **China: ascensão à condição de potência global -**

Características e Implicações. In: CARDOSO, J. & ACIOLY, L. & MATIJASCIC, M.

Trajetórias recentes de desenvolvimentos. Brasília; IPEA, 2009

FERRAZ, Giselle Caroline Marques e DIEGUES, Antônio Carlos. **Planejamento Econômico e Política Industrial na China: dos Planos Quinquenais ao Made in China 2025**. IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, Blucher Engineering Proceedings, Volume 6, 2019.

HENDLER, Bruno. **China 's international projection since 2008: the new core-periphery relations and the Belt and Road Initiative through foreign direct investment**. Revista da Escola Guerra Naval, 2019.

<https://br.investing.com/currencies/usd-cny>

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais - Brasil Referência 2000: Nota metodológica nº 19**. Disponível em:

<https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/19_formacao_capital.pdf>. Acesso em 08 dez. 2022.

JABOUR, Dantas et al. **A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China hoje**. Florianópolis: Revista Geosul, 2020.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes; AMARAL, Marisa Silva. **Faces da mesma moeda: imperialismo e racismo na consolidação da hegemonia dos Estados Unidos**. Dourados: Revista Monções, 2019.

OLIVEIRA, Giuliano Contento. **O Estado e a inserção ativa na economia: A estratégia de desenvolvimento econômico da China**. Artigo SEP, 2007.

RIBEIRO, Valéria L. (2008). **A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do Século XX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI**. Belo Horizonte: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas, 2017.

SCHERER, Andre Luís Forti. **Investimento direto estrangeiro, fusões e aquisições e desnacionalização da economia brasileira: um balanço da década do Plano Real**. *Indicadores Econômicos*. FEE, v. 32, n. 2, p. 107-128, 2004.

STATE GRID. **Sobre: State Grid Brazil Holding**. Disponível em:

<<https://stategrid.com.br/sobre/>>. Acesso em 02 dez. 2022.

TSUI, SIT, et al. **One belt, one road**. Monthly Review , 2017.

VADELL, Javier. **China in Latin America: South-South Cooperation with Chinese Characteristics**. Latin American Perspectives, 2018.

VADELL, Javier. **The North of the South: The Geopolitical Implications of “Pacific Consensus” in South America and the Brazilian Dilemma**. Latin American Policy, 2013.

WEGNER. **Entre Planos Quinquenais: Presença de Empresas Chinesas na América do Sul**. Dossiê: Economia Fluminense v. 19 n. 1, 2017.

WISE, Carol; CHONN CHING, Victoria. **Conceptualizing China–Latin America relations in the twenty-first century: the boom, the bust, and the aftermath**. The Pacific Review, 2017

WORLD BANK DATA. **GDP (Current US\$)** - China. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>>. Acesso em 23 nov. 2022a.

WORLD BANK DATA. **GDP (Current US\$)**. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CDb>>. Acesso em 23 nov. 2022b

WORLD BANK DATA. **GDP Growth (Annual %) - China**. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN>>. Acesso em 23 nov. 2022c.

World Bank Group, and the Development Research Center of the State Council, P. R. China. **Innovative China: New Drivers of Growth**. Washington, DC: World Bank, 2019.

XINHUA. **Projeto de UHV massivo da China está pronto para transmissão de eletricidade de 2.000 km**. Disponível em: <http://portuguese.news.cn/2022-05/21/c_1310600462.htm> . Acesso em 28 dez. 2022.